

FOLHA DE SP. PAULO ***

mercado

Renda do topo da pirâmide cresce o triplo do restante da população

Grupo que representa fatia 0,01% mais rica vê ganhos quase dobrarem entre 2017 e 2022

Adriana Fernandes

BRASÍLIA A renda de 15 mil pessoas pertencentes ao topo da pirâmide social no Brasil cresceu nos últimos anos até o triplo do ritmo observado entre o restante da população, elevando a concentração da riqueza ao fim do governo de Jair Bolsonaro (PL).

Entre essa elite, que representa 2,0% da população, o crescimento médio da renda praticamente dobrou (96%) entre 2017 e 2022. Enquanto isso, os ganhos da maioria maior da população adulta (os 95% mais pobres) não avançou mais do que 33% — pouca coisa acima da inflação do período (19%).

A conclusão está em nota técnica elaborada pelo eco-

nomista Sérgio Gobetti, publicada pelo Observatório de Política Fiscal do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da Fundação Getúlio Vargas.

É o primeiro cálculo da concentração no topo da pirâmide no Brasil feito após a divulgação de dados mais detalhados das declarações do IR (Imposto de Renda) pela Receita Federal.

Com essas informações, foi possível verificar quanto ganharam as pessoas mais ricas do país e compará-las com a evolução da renda de todos os brasileiros, apurada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Ampliar a análise para identificar a renda do grupo 0,1% mais rico, formado por cerca de 154 mil pessoas, co-

betti constatou que ela cresceu em média 87% entre 2017 e 2022. O ganho mensal desses brasileiros subiu de R\$ 296 mil para R\$ 544 mil nos cinco anos do levantamento.

Nas fatias 1% mais ricas, o crescimento também foi alto, de 67%. Entre os 5% com mais ganhos, de 31%.

Para o economista, os cálculos preliminares apontam que a concentração chegou a níveis inéditos.

"Ao que tudo indica, o nível de concentração de renda no topo bateu um novo recorde histórico, depois de uma década de relativa estabilização da desigualdade", afirma o economista.

Gobetti ressalta que a proporção do bolo da renda nacional apropriada pelo 1% mais

rico da sociedade brasileira cresceu de 32,4% para 32,8% — ou seja, mais de três pontos percentuais, o que é considerado muito para um período curto de tempo.

Segundo o estudo, a concentração de renda ocorre principalmente entre aqueles que ganham acima de R\$ 142 mil mensais líquidos. A fatia do bolo que fica com esse grupo cresceu de 9,2% para 11,9% ao fim dos cinco anos marcados pela pandemia e pelo governo Bolsonaro.

Entre os fatores que explicam o crescimento da renda na elite, Gobetti destaca dois fatores em especial: os ganhos com a atividade rural (parcialmente isentos), que cresceram especialmente entre os mais ricos, e o aumento do valor

“Ao que tudo indica, o nível de concentração de renda no topo bateu um novo recorde histórico, depois de uma década de relativa estabilização da desigualdade”

Sérgio Gobetti, economista, que calculou os dados, publicados pelo Observatório de Política Fiscal do Ibre da Fundação Getúlio Vargas

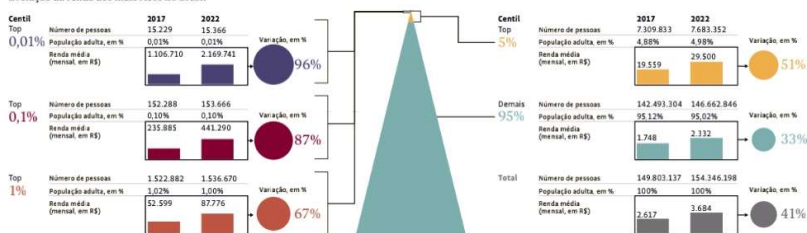
distribuído em forma de lucros e dividendos, que passou de R\$ 371 bilhões em 2017 para R\$ 830 bilhões em 2022. A revogação da atual isenção sobre dividendos é o principal ponto da proposta de reforma da tributação da renda que o governo deve enviar até março para o Congresso, conforme previsto pela emenda constitucional da reforma recentemente promulgada.

A emenda deu prazo de 90 dias para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, enviar a reforma da renda e patrimônio e se para a proposta de regulamentação das mudanças nos impostos sobre o consumo, aprovadas no final do ano passado pelo Congresso Nacional.

As duas propostas devem disputar espaço nas negociações do Congresso, e interlocoções do governo admitem que a votação das mudanças no IR pode ficar para 2025.

Haddad quer reformar o IR para eliminar as brechas de elisão usadas pelos mais ricos e, ao mesmo tempo, aumentar a arrecadação sobre a renda. Unir o IRL ao IPI e ao IPI, como afirmam os técnicos do Ministério da Fazenda.

Evolução da renda dos mais ricos no Brasil



Fonte: Economista Sérgio Gobetti, com base em dados da Receita Federal

Prêmio de bets terá tributação menor que Mega, fumo e bebida

BETS NO BRASIL

Eduardo Cuello

SÃO PAULO Os prêmios das apostas esportivas de alto risco, como as chamadas bets, terão no Brasil uma tributação inferior à aplicada a cigarros e bebidas alcoólicas e também a loterias como a Mega-Sena.

Na comparação internacional, no entanto, a carga sobre o apostador está próxima da média de outros países, lá a tributação do faturamento das empresas que oferecem esse serviço tende a ser maior do que a de outros setores no Brasil.

Especialistas na área destacam que governo e Congresso Nacional escolheram um modelo para as apostas que privilegia a regulação estatal sobre essa movimentação financeira e a arrecadação. Não houve preocupação em desincentivar essa atividade.

Em relação a fumos e bebidas, por outro lado, aplica-se claramente uma tributação adicional em relação a outros bens, facilmente repassada ao consumidor, com objetivo declarado de desestimular esse consumo — embora haja também ganho de arrecadação relevante.

A lei sancionada pelo presidente Lula no fim de 2022 que regulamenta as apostas de alto risco prevê uma alíquota fixa de 18% e 30% — essa última, igual ao IRL sobre o prêmio da Mega-Sena — mas

os parlamentares reduziram os percentuais.

Essas empresas também estão sujeitas à tributação do lucro com IRPJ/CSLL e do faturamento com PIS/Cofins. Os municípios podem cobrar ISS. Nesses casos, uma carga em linha com outras empresas de serviços.

As casas de apostas vão pagar ainda taxa anual de fiscalização de até R\$ 1,4 milhão e outorga de R\$ 20 milhões para poder operar por até cinco anos.

Nos cigarros e bebidas, a tributação é estimada em cerca de 86%, de acordo com dados do IPI. Os valores elevados se devem principalmente ao IPI (imposto sobre produtos industrializados), que será substituído nesses casos pelo IS (Imposto Seletivo) para bens prejudiciais

à saúde e ao meio ambiente, quando a reforma tributária entrar em vigor.

"O enfoque é claramente distinto. Enquanto o governo usa, ou tenta usar, o IPI como inibidor do consumo de determinados produtos, a ideia da tributação de bets, tanto nas [empresas] como nos apostadores, é justamente aproveitar o crescimento desse mercado", afirma Fábio Lurandi, tributarista do Peixoto & Cury Advogados.

Victor Schmidt, sócio da área tributária do Costa Tavares Paes Advogados, também avalia que a tributação das apostas esportivas teve visões essencialmente arrecadatórias e que não houve intenção de inibir a atividade.

Ele afirma que, ao adotar alíquota de 15% de imposto de Renda Pessoa Física sobre os

ganhos, o Brasil está em uma posição intermediária em relação a, por exemplo, Estados Unidos (24% apenas de imposto federal sobre o prêmio).

Alemanha (5% sobre cada aposta) e Reino Unido (isenção para pessoas físicas). O tributarista destaca, no entanto, a diferença em relação ao que ocorre no próprio Brasil, por exemplo, no prêmio da Mega-Sena.

"O primeiro viés foi de fazer a equiparação com a loteria, mas ao longo dos debates houve esse consenso parlamentar para aprovação dessa redução. É um ponto que talvez alguns setores da sociedade possam questionar, por que você passa a ter a metade da alíquota que você tem para outros prêmios de loteria?"

Maria Andréia dos Santos, sócia da área tributária do Ma-

chado Associados, afirma que não se pode descartar a hipótese de que as apostas também sejam enquadradas no Imposto Seletivo a partir de 2027, pelo potencial dano à saúde nos casos de vício.

"A emenda constitucional aprovada [da reforma] autotribui a instituição do IS sobre todos os bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde e, inconscientemente, as apostas esportivas eletrônicas detêm potencial de causar danos à saúde humana", diz a advogada.

Em relação à tributação das empresas, a tributarista afirma que existem dois conceitos mundialmente adotados nessa atividade: Um é o o GGR (Gross Gaming Revenue), que corresponde ao valor total das apostas arrecadadas dos jogadores, excluindo o valor dos prêmios pagos.

Esse é o sistema aprovado para o Brasil e também utilizado no Reino Unido, na Dinamarca e na Bélgica, por exemplo. Nesses casos, a alíquota varia de 5% a 25%. Aqui, será de 12%.

Nos Estados Unidos, a atividade é regulada em mais de 30 estados, nos quais predomina o modelo GGR. No estado de Nova York, a alíquota é de 6%. Outros locais, como a França, aplicam a tributação sobre o valor total das apostas, com uma alíquota mais baixa.

Vinicius Pimenta Seixas, do escritório Pinheiro Neto Advogados, afirma que em outros países o GGR não se soma a outros tributos, o que torna a carga no Brasil elevada. "É natural que exista a tributação sobre a diferença entre o que é apostado e o que é pago para o apostador. Isso é um conceito mundial", afirma o advogado.

"O que é diferente é ter um tributo específico para isso somado à tributação corporativa que já existe nas empresas. Pode-se dizer que no Brasil você tem uma carga mais elevada comparativamente aos outros países."

Seixas afirma que, ainda assim, as empresas terão interesse em funcionar dentro da legalidade no país, em vez de operar totalmente do exterior, para não sofrerem nenhuma tipo de restrição em sua operação.

"Se eu sou uma empresa dentro dos limites legais que a legislação permite, consigo ter presença para fazer patrocínio para clubes de futebol, propagandas com famosos. Portanto, tenho a possibilidade de alcançar muito mais mercado e ganhar muito mais escala no Brasil."

Como funciona a tributação de apostas, fumo e bebidas

APOSTAS DE ALÍQUOTA FIXA NO BRASIL
• Alíquota de 18% sobre arrecadação de apostas descontado o valor dos prêmios (modelo GGR)

• Apostadores pagam 15% de imposto de Renda sobre premiação

• Empresas também são tributadas com IRPJ/CSLL, PIS/Cofins e ICS (como os demais serviços)

• Casas de apostas também pagam taxa de fiscalização e outorga

APOSTAS DE ALÍQUOTA FIXA EM OUTROS PAÍSES
• **Estados Unidos**: 24% de imposto federal sobre o ganho auferido, podendo ter ainda tributação estadual e municipal. Em alguns estados tributa-se a arrecadação. No estado de Nova York, a alíquota final é de 51%

• **Alemanha**: 5% sobre o valor da aposta

• **Reino Unido**: não há tributação dos apostadores. Para os operadores, o modelo GGR tem alíquota de 15%

CIGARROS NO BRASIL
• Varia de acordo com preço, regime fiscal e estado

• Em SP, a marca mais comercializada tem uma tributação total de 79% (17% de PIS/Cofins, 32% de ICMS, IPI de 10% + R\$ 1,50 por maço de 20 unidades*)

• A média na Europa é de 81%. Nos EUA, acima de 60%

BEBIDAS ALCOÓLICAS NO BRASIL
• sobre bebidas alcoólicas

• Carga total desses produtos varia de 42% (cerveja) a 82% (cachaça)

MEGA-SENA
• A maior parte (56,65%) do valor das apostas tem destinação específica, como segurança, segurança e cobertura de custos

• Sobre os outros 43,35% é cobrado Imposto de Renda de 30%

• O prêmio arrecadado e pago corresponde, portanto, a 30,4% do que é arrecadado

Fontes: Ibré, Ibré/IBGE, Costa Tavares Paes Advogados, Machado Associados, Pinheiro Neto Advogados, Impostometro, Tax Foundation e Casa de Virgínia